II CONGRESSO INTERNACIONAL
CALEIDOSCÓPIO
DA CIDADE CONTEMPORÂNEA
05 a 08 de junho de 2017 - Campos dos Goytacazes - RJ - Brasil

MUDANÇAS NAS ESTRUTURAS OCUPACIONAIS DAS POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS NA REGIÃO SUDESTE NO PERÍODO DE 1991 À 2010

Taísa das Dores Pereira
Universidade Federal Fluminense
taisaddp@id.uff.br

Gustavo Henrique Naves Givisiez
Universidade Federal Fluminense
gh_naves@id.uff.br

1 – INTRODUÇÃO

A transição demográfica é um fenômeno pelo qual passaram grande parte das populações mundiais. A compreensão deste fenômeno ajuda a entender o crescimento populacional e grande parte das mudanças econômicas e sociais que ocorreram, em especial, nos últimos três séculos da história humana, sendo de grande importância para os estudos demográficos.

> A transição demográfica é uma teoria estabelecida por demógrafos (Landry, Notestein, Coale) para dar conta do processo de passagem, das populações humanas, de um regime demográfico caracterizado por uma taxa de natalidade e uma taxa de mortalidade elevadas para um regime demográfico caracterizado por uma taxa de natalidade e uma taxa de mortalidade baixas. (ROLLET, 2007, p.38-39).

Quando os índices de mortalidade começam a diminuir, ocorre também a diminuição dos índices de natalidade, provocando, num primeiro momento, um excedente natural, que, no médio ou longo prazo, tende ao equilíbrio (Rollet, 2007). Analiticamente, as teorias das transições demográficas são subdivididas em três análises teoricamente distintas mas não excludentes entre si: a transição da mortalidade, a transição da fecundidade e a transição urbana.

A primeira fase da transição demográfica, conhecida como Transição da Mortalidade, se inicia com a melhoria das condições de vida da população, melhoria na higiene, acesso a saneamento básico, melhores condições médico-hospitalares, na alimentação e da contribuição positiva do desenvolvimento econômico. Enquanto observa-se a queda nas taxas de mortalidade, as taxas de natalidade se mantiveram altas, e, como consequência, aceleram o crescimento das populações. De acordo com Santos (2008), o aumento da taxa de natalidade não é só uma consequência advinda da diminuição dos índices de mortalidade, é também uma situação que resulta do crescimento econômico.

A segunda fase da Transição Demográfica é conhecida como Transição da Fecundidade é uma fase que aconteceu de formas e ritmos diferentes entre os diversos países do mundo. Na América Latina e Ásia, a segunda Transição Demográfica passa a ser observada após o fim da 2º Guerra Mundial e no Brasil, é observada entre as décadas de 1970 e 2000. A queda da taxa de fecundidade muitas está relacionada a atividades econômicas e estilos de vida urbana. A transição demográfica por ser caracterizada por "[...] mudanças nos padrões de formação união, dissolução e reconstituição de famílias durante a segunda metade do séc. XX" (SILVA; MONTE-MÓR, 2010, p.5). Ou seja, as mudanças que ocorrem nas formações das estruturas familiares principalmente com as mulheres que passam a se inserir no mercado de trabalho, utilização de métodos contraceptivos, adiamento de casamento, aumento nos níveis de escolarização (Silva e Monte-Mór, 2010).

A transição demográfica é contemporânea com a urbanização que, no caso brasileiro, se intensifica em meados do século XX, quando o capitalismo industrial ganhou espaço no país a partir da consolidação das grandes cidades industriais e contribui para a transferência de pessoas do meio rural para o meio urbano. A urbanização remonta uma discussão que tem se aproximado dos demógrafos recentemente que é denominada Transição Urbana. A terceira fase da Transição Demográfica, contemporânea das duas anteriores, é de relevância para debates onde se articulam problemáticas urbanas e das Transições Demográficas. A Transição Urbana é um termo que se refere ao fenômeno onde "[...] o percentual de população urbana tenha ultrapassado a residente em áreas

rurais, isso é, que haja majoritariamente população urbana" (SILVA; MONTE-MÓR, 2010, p.9).

A Transição Urbana ainda é divida em duas fases, segundo Ojima (2006, apud Silva; Monte-Mór, 2010): A primeira fase seria "o momento em que a população urbana supera a população rural e o grau de urbanização..." (OJIMA, 2006, p.10 apud SILVA; MONTE-MÓR, 2010, p.10); Já a segunda seria "uma fase em que as tendências de crescimento populacional urbano perdem sua força para dar lugar à acomodação dessa população dentro de seu tecido urbano" (OJIMA, 2006, p.3 apud SILVA; MONTE-MÓR, 2010, p.10).

No caso brasileiro a urbanização, a entrada de capital externo e a concentração de indústrias nas cidades vão marcar o processo de urbanização, assim como o êxodo rural que vai aprofundar a dualidade entre cidade e campo. Na Transição Urbana, esse processo passa por uma nova ressignificação, mostrando que a integração dos espaços vai bem mais além das cidades, dos espaços rurais e regionais, dos espaços urbano-industrial: é uma urbanização que expande e multiplica suas fronteiras para a própria produção do espaço (Monte-Mór, 2005).

Segundo Spósito o "modo de produção não produz cidades de um lado e campo do outro, mas ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, com uma articulação intensa entre estes dois espaços" (2000, p.64). Isto pode ser percebido quando uma parcela da população que reside em áreas urbanizadas, atuam em ocupações que são rurais e também quando parte da população que mora em áreas rurais atuam em ocupações urbanas.

2 – OBJETIVOS

O presente trabalho busca apresentar resultados parciais do estudo que está sendo realizado no âmbito do projeto de Iniciação Científica intitulado de "Transição Urbana e a mudança na estrutura ocupacional das populações rurais e urbanas no Brasil" do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq. O objetivo principal da pesquisa é analisar se há um aumento relativo dos rendimentos da população

envolvida em ocupações agropastoris e, consequentemente se há uma relativa convergência com os rendimentos observados nas populações envolvidas em atividades urbanas na Região Sudeste. O objetivos deste artigo é caracterizar a população residente nos estados dessa região em função da situação de domicílio, das ocupações e atividades dos trabalhadores e do total de horas trabalhadas.

3 – METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, além do levantamento bibliográfico, levantamento de dados, foi necessário o treinamento no pacote estatístico SPSS 13.0 e Microsoft Excel para tratamento dos dados, além da compreensão e uso dos microdados dos Censos Demográficos Brasileiros. Nesses termos, a fonte de dados são os microdados dos Censos Demográficos Brasileiros, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período compreendido entre 1991 à 2010.

Os dados usados do Censo Demográficos referem-se aos estados de Espirito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Foram feitas análises comparativas da população residente em áreas rurais, com base nos Censos de 1991, 2000 e 2010. As ocupações e atividades econômicas dos indivíduos que estavam trabalhando na data dos Censos também foram analisadas, com base nos Censos 2000 e 2010.

A classificação das ocupações nos Censos demográficos segue a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que descreve e ordena as ocupações em uma estrutura hierarquizada que permite agregar as informações referentes à força de trabalho segundo a natureza da força de trabalho e ao conteúdo do trabalho. As atividades econômicas, por sua vez, seguem Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos. A CNAE é derivada da versão 4 da International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC 4), gerido pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas. As atividades econômicas são classificadas por meio da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para o entrevistado trabalhava. E as ocupações são identificadas por meio da

declaração, por parte do entrevistado, de funções, tarefas e obrigações que a tipificam ou pelo conjunto de conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação (IBGE, 2017).

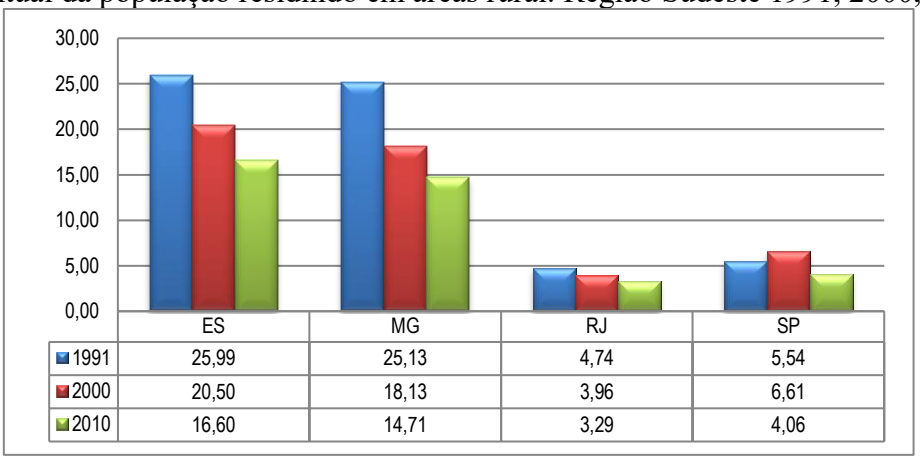
No caso deste trabalho, as atividades e ocupações foram classificadas em rurais e urbanas, ou seja, foram identificados as atividades e ocupações que pudessem ser classificadas como tipicamente rurais ou tipicamente urbanas, idenpendente do local de residência. Os resultados foram tratados no Excel para a construção de gráficos e tabelas que serão apresentados nos resultados deste artigo.

4 – RESULTADOS

A Região Sudeste contabilizava 86.356.952 de habitantes ou 41,6% da população brasileira, segundo o IBGE (2017) e é a região mais populosa do país. Trata-se da região com o maior PIB e mais desenvolvida economicamente no país, pois abriga a maior parte da concentração industrial, comercial, financeira e de bens e serviços, com destaque para a megalópole São Paulo.

O Gráfico 1, destaca que ao longo do período entre 1991 e 2010 a proporção de pessoas residindo nas áreas rurais. Considerou-se desnecessário exibir as proporções das populações urbanas tendo em vista que esta é o complemento da proporção de pessoas residindo em áreas rurais. Em todos os quatro estados da região Sudeste a população rural diminuiu, com destaque para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo nos quais essa proporção decaiu perto de dez pontos percentuais. No caso de São Paulo e Rio de Janeiro, são observadas os menores baixo percentual pessoas residindo em áreas rurais, porém, no caso de São Paulo, percebe-se uma pequena oscilação nos números. O estado do Rio de Janeiro destaca-se com o menor percentual de população vivendo em áreas rurais. Vale observar que boa parte do território dos quatro estados analisados, é caracterizada como área rural, demonstrando como a distribuição entre população urbana e rural ocorre de forma inversamente proporcional ao território (urbano/rural).

Gráfico 1
Percentual da população residindo em áreas rural. Região Sudeste 1991, 2000, 2010.

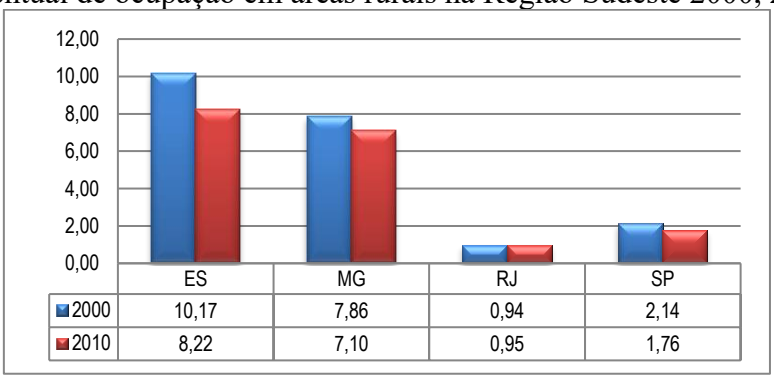


	ES	MG	RJ	SP
1991	25,99	25,13	4,74	5,54
2000	20,50	18,13	3,96	6,61
2010	16,60	14,71	3,29	4,06

Fonte: Elaboração própria beseado no IBGE (2016)

O gráficos 2, na sequência, classifica a população que exerce ocupações classificadas como rurais. Nota-se que há os estados do Espírito Santo e Minas Gerais foram aqueles que tiveram o maior percentual de trabalhadores classificado em ocupações *rurais*. O percentual de trabalhadores em ocupações *tipicamente rurais* apresenta a menor estimativa no estado do Rio de Janeiro, com menos de 1% dos trabalhadores nos dois períodos analisados.

Gráfico 2
Percentual de ocupação em áreas rurais na Região Sudeste 2000, 2010.



	ES	MG	RJ	SP
2000	10,17	7,86	0,94	2,14
2010	8,22	7,10	0,95	1,76

Fonte: Elaboração própria beseado no IBGE (2016)

Tabela 1
Percentual de Atividades urbanas e rurais na Região Sudeste 2000 e 2010

ATIVIDADE (%)								
Classificação da Atividade	**ES**		**MG**		**RJ**		**SP**	
	2000	**2010**	**2000**	**2010**	**2000**	**2010**	**2000**	**2010**
Urbana	89,61	91,26	91,69	92,14	98,93	99,01	97,61	97,82
Rural	10,39	8,74	8,31	7,86	1,07	0,99	2,39	2,18
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Mal Definidas	0,30	2,64	0,47	2,57	0,74	3,10	0,59	3,98

Fonte: Elaboração própria beseado no IBGE (2016)

Na tabela 1, constam os percentuais de atividades classficadas como rurais e urbanas na Região Sudeste. Quando analisados as atividades rurais no Censo 2010, observa uma queda nos percentuais quando comparados com Censo de 2000. Por outro lado, nota-se um aumento da proporção dos trabalhadores envolvidos com atividades urbanas.

Como pode ser percebido, os dados referentes ao Censo Demográfico de 1991, sobre as variáveis ocupação e atividade. Essa omissão justifica-se pelos critérios de classificação do Censo 1991 serem diferentes dos utilizados nos Censos de 2000 e 2010, e os resultados não foram compatibilizados com os observados nos períodos posteriores. Segundo o IBGE (2017), a CBO modificou os conceitos utilizados a partir da introdução de conceitos baseados na *International Statistical Classification of Occupations – ISCO-88*, que ocorreu no começo dos anos 2000.

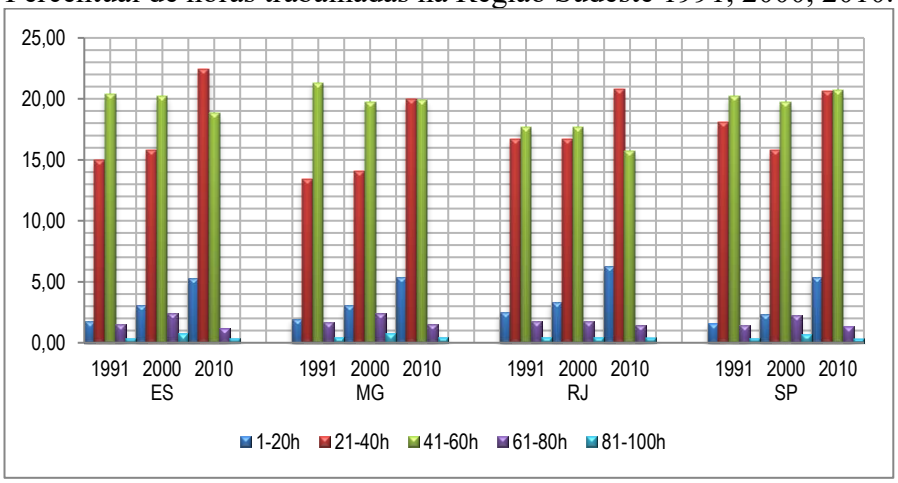
Tabela 2
Percentual de rendimento total com base no salário mínimo de 2016. Região Sudeste 1991, 2000, 2010

		Até 1 salário mínimo	Até 2 salários mínimos	Até 3 salários mínimos	Até 4 salários mínimos	Até 5 salários mínimos	Até 6 salários mínimos	> 6 salários mínimos	Em branco
ES	1991	31,05	6,10	2,26	0,97	0,62	0,42	0,90	57,70
	2000	41,94	4,13	1,46	0,64	0,29	0,25	0,47	50,81
	2010	62,71	12,88	4,28	1,97	0,89	0,87	1,89	14,51
MG	1991	34,28	5,62	1,99	0,89	0,55	0,38	0,91	55,38
	2000	74,86	3,93	1,28	0,59	0,27	0,22	0,42	18,43
	2010	65,17	12,61	3,80	1,59	0,70	0,71	1,59	13,83
RJ	1991	30,39	8,82	3,59	1,60	1,07	0,72	1,83	51,99
	2000	39,89	6,57	2,24	1,09	0,52	0,42	0,78	48,48
	2010	59,61	14,43	5,15	2,38	1,17	1,20	3,00	13,06
SP	1991	22,69	12,20	5,26	2,23	1,52	1,02	2,48	52,59
	2000	38,15	7,13	2,38	1,12	0,51	0,44	0,84	49,43
	2010	55,58	17,29	6,05	2,58	1,14	1,19	2,69	13,48

Fonte: Elaboração própria beseado no IBGE (2016)

Para a elaboração da tabela 2 foi necessário realizar conversão monetária dos valores nominais, delcarados nos Censos Demográficos, para os valores reais de maio de 2016, com base na variação do IPCA. A partir daí utilizou-se como base o salário mínimo referente ao ano de 2016, ou seja, R$ 880,00. Os dados demonstraram um aumento percentual da população que recebe até um salário mínimo aos longos desses 20 anos. Os dados do Censo de 1991, apresenta maiores percentuais de população recebendo até um salário mínimo quando comparado ao Censo de 2000. No Censo de 2010 houve um aumento do percentual populacional que recebe até dois salarios mínimos, o que não significa a redução da faixa salarial até um salário mínimo.

Gráfico 3
Percentual de horas trabalhadas na Região Sudeste 1991, 2000, 2010.



Fonte: Elaboração própria beseado no IBGE (2016)

O gráfico 3 apresenta a proporção de trabalhadores segundo o total de horas trabalhadas e os maiores valores relativos são 21-40h e 41-60h. As jornadas de trabalho em sua grande maioria varia de 40 a 44 horas semanais, porém uma grande realidade do comércio brasileiro é que esses trabalhadores fazem muitas horas extras, excedendo o limite de horas que estava no contrato do trabalhador. Essas horas geralmentes são compensadas sendo pagas ou por banco de horas, possibilitando folgas ao funcionário.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proporção de pessoas residindo em áreas urbanas tem aumentado continuamente nos últimos 20 anos superando significativamente a proporção dos residentes em áreas

rurais. Os dados de situação de domicílio comparados com os demais indicadores analisados neste trabalho ilustram o processo de Transição Demográfica Urbana vivido pela região Sudeste do país.

Em trabalhos futuros pretende-se incluir as demais regiões brasileiras e observar se o processo de Transição Urbana também está ocorrendo no mesmo nível observado na região Sudeste. A pesquisa ainda tem como meta realizar ainda estimar se a renda auferida pelos indivíduos, em áreas, ocupações e atividades rurais, está aumentando relativamente as rendas observadas para as áreas, ocupações e atividades urbanas. Ou seja, pretende-se testar a hipótese de que há convergência da renda entre os trabalhadores rurais e urbanos.

6 – REFERÊNCIAS

AMORIM, A. L.; SCALCO, P. R.; BRAGA, M. J. Crescimento Econômico e Convergência de Renda nos Estados Brasileiros: Uma Analise a partir dos Grandes Setores da Economia. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 39, nº 3, jul-set 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos demográficos. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos> Acesso em: 04 de nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comissão Brasileira da Classficação. 2017. Disponível em: <http://concla.ibge.gov.br> Acesso em: 22 de mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comissão Nacional de Classificação. Disponível em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/portema/ocupacao/classificacao-brasileira-de-ocupacoes.html> Acesso em: 19 de mai. de 2017.

MONTE-MÓR, R.L.M. What is the urban, in the contemporary world. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.21, n.3, p.942 - 948, 2005.

RIBEIRO, E.C.B.A.; ALMEIDA, E.S. de. Convergência local de renda no Brasil. Economia Aplicada, Ribeirão Preto, v. 16, n. 3, p. 399-420, Set. 2012. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138050201200030 0003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de nov. 2016.ROLLET, C. Introdução à demografia. Porto: Editora Porto, 2007.

SANTOS, M. Industrialização mundial: Revolução demográfica e urbanização. In: SANTOS, M. Manual de geografia urbana. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, H.; MONTE-MÓR, R. L.. Transições Demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. In: ENABEP. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XVII, Caxambu, MG. Anais. Disponível em < http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais-encontro-nacional-de-estudos-populacionais-2010> Acesso em 14 de nov. 2016.

SPOSITO, M.E.B. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto, 2000.

WANDERLEY, M.N.B. Olhares sobre o rural brasileiro. Raízes, Campina Grande, v. 23, n 01 e 02, p. 82-98, jan./dez. 2004.